



CULTURA AFRO-BRASILEIRA E PROTAGONISMO ESTUDANTIL: CONTRIBUIÇÕES DO PIBID PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Camila Christiana de Aragão Tavares¹
Adonay da Costa Oliveira²
Ana Beatriz Souza Almeida³
Gabriela Caldas Chaves⁴

RESUMO

Este relato de experiência analisa as contribuições de duas atividades desenvolvidas na disciplina de História, no âmbito do PIBID, em uma escola pública de Brasília: a confecção de bonecas Abayomi e a ilustração, com auxílio de estêncis, de mulheres negras. As ações foram fundamentadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no Currículo em Movimento do Distrito Federal e na efetivação da Lei 10.639/03, prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O referencial teórico baseia-se nos estudos de Jörn Rüsen, acerca da formação da consciência histórica, e de Nilma Lino Gomes, no campo da educação das relações étnico-raciais, articulando também a valorização das culturas africanas e afro-brasileiras como parte da construção identitária e democrática no espaço escolar. A metodologia adotada foi ancorada na observação participante e na aplicação de práticas pedagógicas ativas, que buscaram promover o protagonismo estudantil, entendido como capacidade discente de se reconhecer como sujeito histórico. A experiência evidenciou que práticas que incorporam elementos lúdicos e criativos favorecem aprendizagens significativas, ao mesmo tempo em que valorizam saberes, influências e heranças das populações afro-brasileiras. Essas práticas contribuíram para o fortalecimento da consciência histórica, do pensamento crítico e do respeito à diversidade cultural.

Palavras-chave: Representatividade negra, Educação para a diversidade, Lei 10.639, História da África, Cultura afro-brasileira.

¹ Mestre em História da Arte, Centro Universitário UDF-DF, Coordenadora de área PIBID, camila.tavares@udf.edu.br;

² Graduando pelo Curso de História do Centro Universitário UDF- DF, 8xxadonayxx8@gmail.com;

³ Graduanda pelo Curso de História do Centro Universitário UDF- DF, anabia77406@gmail.com;

⁴ Graduanda pelo Curso de História do Centro Universitário UDF- DF, gabrielacaldasch@gmail.com.



INTRODUÇÃO

A implementação da Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, representa um marco fundamental na consolidação de uma educação comprometida com a diversidade, a justiça social e a valorização das identidades negras no Brasil. Ao inserir no currículo escolar novos referenciais históricos e culturais, a referida lei desafia professores e futuros docentes a repensarem as práticas pedagógicas e as formas de abordagem do passado, estimulando a construção de uma consciência crítica e plural sobre a formação da sociedade brasileira.

Nesse sentido, o ensino de História assume papel estratégico ao possibilitar a ampliação dos horizontes de compreensão temporal e identitária, articulando memória, cultura e cidadania.

Sob essa perspectiva, o presente relato de experiência resulta das atividades desenvolvidas no âmbito do subprojeto de História do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), vinculado ao Centro Universitário do Distrito Federal (UDF), em parceria com a escola pública do DF, vinculada ao PIBID. O trabalho teve como eixo a promoção de práticas educativas voltadas à efetivação da Lei 10.639/03, por meio de ações que integraram o fazer docente à formação inicial dos licenciandos, reforçando o compromisso do PIBID com a inserção crítica dos futuros professores no espaço escolar. Entre as atividades realizadas, destacam-se a confecção das bonecas Abayomi e a ilustração de mulheres negras com uso de estêncis, propostas que articularam ensino de História, cultura afro-brasileira e mediação estética como instrumentos de formação da consciência histórica.

O referencial teórico que sustenta o trabalho apoia-se, sobretudo, em Jörn Rüsen (2012), cujas reflexões sobre a consciência histórica orientam a compreensão da aprendizagem histórica como processo de atribuição de sentido à experiência temporal; e em Nilma Lino Gomes (2012), que fundamenta a educação das relações étnico-raciais como prática emancipatória e política de reconhecimento. Dialogam ainda com essas perspectivas os aportes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Currículo em Movimento do Distrito Federal, que enfatizam a importância da diversidade cultural e da valorização dos saberes afro-brasileiros como dimensões estruturantes do ensino de História.



Na prática metodológica, a pesquisa baseou-se no relato de experiência, fundamentado na observação participante e na implementação de práticas pedagógicas ativas, nas quais os licenciandos assumiram papel protagonista no planejamento e na execução das ações didáticas. As atividades envolveram etapas de pesquisa histórica, reflexão crítica e produção criativa, favorecendo aprendizagens significativas e o desenvolvimento da autonomia discente. O processo foi acompanhado por registros reflexivos e por discussões coletivas que permitiram avaliar os impactos das atividades na formação dos estudantes e na percepção sobre a presença africana na história e cultura brasileiras.

Os resultados observados indicaram que práticas que incorporam elementos lúdicos, simbólicos e criativos — como o uso das bonecas Abayomi e das representações visuais de mulheres negras — potencializam o engajamento dos alunos e fortalecem o reconhecimento de pertencimento cultural. Essas experiências contribuíram para o desenvolvimento da consciência histórica, do pensamento crítico e da valorização da diversidade, além de favorecerem o diálogo entre passado e presente na construção das identidades estudantis. De modo mais amplo, evidenciou-se que o PIBID constitui um campo fecundo para a formação docente comprometida com a transformação social e com a efetiva implementação da Lei 10.639/03 nas escolas públicas.

Em síntese, o trabalho reafirma a relevância das práticas pedagógicas voltadas à educação das relações étnico-raciais como parte essencial da formação docente em História. Ao articular teoria, prática e compromisso social, as experiências aqui relatadas demonstram que a aplicabilidade da Lei 10.639/03 transcende a mera inclusão de conteúdos no currículo: trata-se de um processo de reeducação das sensibilidades históricas, de reconstrução das narrativas e de fortalecimento do papel da escola como espaço de reconhecimento, pluralidade e cidadania.

METODOLOGIA

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, fundamentada na perspectiva da pesquisa-ação, por compreender que o campo educacional exige práticas investigativas. A proposta foi desenvolvida no contexto do subprojeto de História do PIBID/UDF, tendo como





espaço de aplicação escola campo, onde se buscou compreender as possibilidades de implementação da Lei nº 10.639/2003 por meio de práticas pedagógicas voltadas à valorização

das culturas africanas e afro-brasileiras. A pesquisa-ação, conforme Tavares (2023), caracteriza-se pela intencionalidade de provocar mudanças necessárias nas práticas educativas, a partir da observação, do registro e da reflexão coletiva. Nesse sentido, a atuação dos licenciandos e do professor supervisor constituiu-se simultaneamente como campo de ensino e de investigação, permitindo que a vivência formativa fosse analisada sob ás práticas teóricas do da História e da BNCC.

Tal abordagem proporcionou um duplo movimento: compreender as dinâmicas do ensino de História e, ao mesmo tempo, propor intervenções pedagógicas que tornassem o currículo mais inclusivo e representativo. Os procedimentos metodológicos envolveram observação participante, entrevistas semiestruturadas com docentes e licenciandos, e análise documental do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola campo, buscando identificar diretrizes e práticas relacionadas à temática étnico-racial. Durante o desenvolvimento das atividades — confecção das bonecas Abayomi e ilustração de mulheres negras com estêncis — foram realizados registros reflexivos, relatos de campo e discussões coletivas, que serviram de base para a análise das experiências vivenciadas.

REFERENCIAL TEÓRICO

O ensino de História nas escolas públicas brasileiras constitui um campo fértil de investigação, que envolve dimensões sociais, culturais e políticas da educação. Sua relevância ultrapassa a simples transmissão de conteúdos e se inscreve na formação da consciência cidadãe na construção de identidades coletivas e individuais. No contexto das escolas públicas, entretanto, o ensino de História enfrenta múltiplos desafios: desde a escassez de recursos didáticos até a necessidade de formação continuada dos docentes, aspectos diretamente relacionados às desigualdades sociais que marcam a realidade educacional brasileira. Ainda assim, esse espaço também se revela como território de potencialidades, em que é possível desenvolver práticas pedagógicas críticas e criativas que ampliem o olhar histórico dos estudantes e favoreçam a reflexão sobre o presente.





De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), o ensino de História deve estar orientado por princípios que articulam cidadania, identidade e temporalidade, compreendendo que todo olhar sobre o passado é, também, uma interpretação

X Encontro de Professores e Licenciandos de História

IX Seminário Nacional do PIBID

sobre o presente. A BNCC define que o aprendizado histórico deve desenvolver a capacidade de analisar, interpretar e atribuir significados aos acontecimentos e às diferentes experiências humanas, estimulando a leitura crítica das múltiplas narrativas e temporalidades que compõem

o tecido social brasileiro (BNCC, 2018, p. 397). Nesse sentido, o conhecimento histórico na escola assume um papel essencial na formação de sujeitos críticos e reflexivos.

A experiência desenvolvida no subprojeto de História do PIBID, inserida nesse contexto, reafirma a importância da articulação entre universidade e escola como caminho para o fortalecimento da formação inicial docente e para a consolidação de práticas pedagógicas coerentes com os princípios da Lei nº 10.639/2003. Essa legislação, ao instituir a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, redefine o papel do professor de História, exigindo uma prática comprometida com a valorização da diversidade e com a educação das relações étnico-raciais. Segundo Nilma Lino Gomes (2012), a educação das relações étnico-raciais deve ser compreendida como um projeto político-pedagógico que propõe novas formas de pensar o currículo, as práticas e os valores escolares, promovendo o reconhecimento das heranças africanas como parte constitutiva da cultura e da identidade nacional. Assim, o ensino de História assume um papel de reparação e reconstrução de narrativas, permitindo que os estudantes se reconheçam como sujeitos históricos inseridos em uma sociedade plural.

Nessa perspectiva, o PIBID contribui de forma decisiva para a formação de professores comprometidos com uma prática crítica e transformadora. Como observa Tavares (2023), a docência se fortalece quando vinculada à pesquisa, à reflexão e à ação colaborativa, permitindo que a experiência no campo escolar se torne espaço de aprendizagem compartilhada. A inserção dos licenciandos nas escolas públicas favorece o diálogo entre teoria e prática, estimulando o desenvolvimento da autonomia docente e o entendimento de que o ensino de História é um processo em constante construção, sensível às transformações sociais e às necessidades das comunidades escolares.



No campo teórico, autores como Circe Bittencourt (2018) e Silva Júnior (2017) oferecem importantes contribuições ao compreenderem o ensino de História como uma prática de interpretação e de atribuição de sentido aos fatos históricos. Para Bittencourt, o professor deve selecionar conceitos-chave que dialoguem com os conteúdos programáticos e com as experiências dos alunos, de modo a conectar a historiografia acadêmica ao cotidiano escolar.

A autora defende o uso de fontes históricas variadas— imagens, mapas, jornais, documentos e mídias digitais — como meio de aproximar os alunos da prática investigativa do historiador, tornando o processo de aprendizagem mais dinâmico e significativo (BITTENCOURT, 2018, p. 195). Já Silva Júnior (2017) destaca que a aprendizagem histórica é um processo dialógico, no qual professor e aluno constroem conjuntamente o sentido do conhecimento, com base na interdisciplinaridade, contextualização e problematização dos conteúdos (SILVA JÚNIOR, 2017, p. 326).

A essas perspectivas soma-se a reflexão do historiador Jörn Rüsen (2012) que comprehende o ensino de História como um processo de formação da consciência histórica — entendida como a capacidade do sujeito de relacionar passado, presente e futuro para orientar sua experiência no tempo. Rüsen argumenta que a educação histórica deve promover a compreensão de que o conhecimento do passado serve como referência para a ação e a decisão no presente, configurando-se como base da cidadania democrática. Nesse sentido, o ensino de História deve articular dimensão cognitiva e dimensão ética, possibilitando que o estudante compreenda o tempo histórico como espaço de experiência e horizonte de expectativa, e não apenas como sequência de eventos. A integração entre as perspectivas de Rüsen e Nilma Lino Gomes reforça a ideia de que o ensino de História, quando orientado pela pedagogia das relações étnico-raciais, cumpre papel social essencial ao formar sujeitos críticos, conscientes e abertos à diversidade. A consciência histórica e a educação antirracista convergem, assim, como fundamentos teóricos complementares: ambas propõem um ensino que estimula a reflexão, a empatia e o reconhecimento do outro como parte da construção da história coletiva.

Dessa forma, o referencial teórico que sustenta esta pesquisa comprehende o ensino de História como campo de formação ética, cognitiva e política, no qual o conhecimento histórico assume função social de combate às desigualdades e de valorização das múltiplas



identidades. Ao promover a articulação entre BNCC, PIBID e Lei 10.639/2003, a prática docente torna-se um exercício de mediação cultural e de transformação social, em que o professor atua como agente de memória e de diálogo, possibilitando ao estudante a experiência concreta de se reconhecer como sujeito histórico e cidadão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As atividades desenvolvidas na escola revelaram a potência formativa do PIBID História/UDF como espaço de integração entre teoria e prática docente. Antes da atuação da professora supervisora e do grupo de bolsistas, a escola não apresentava em seu Projeto Político-Pedagógico (PPP) qualquer proposta voltada às relações étnico-raciais, tampouco ações voltadas à valorização das culturas africanas e afro-brasileiras. O corpo discente da escola é composto majoritariamente por estudantes autodeclarados negros e pardos, refletindo a diversidade étnico-racial característica da região. A partir da inserção do subprojeto, inaugurou-se um movimento de ressignificação curricular, em que novas práticas pedagógicas passaram a ocupar o cotidiano escolar. A receptividade da equipe gestora e dos docentes demonstrou abertura para o diálogo e para a incorporação dessas temáticas, o que resultou na inclusão permanente de projetos voltados à Semana da Consciência Negra e à promoção da diversidade cultural no PPP da escola.

Nesse contexto, as oficinas “Desenhos das Mulheres Negras” e “Bonecas Abayomi”, propostas pela professora supervisora em parceria com os bolsistas do PIBID, representaram experiências significativas de ensino e aprendizagem. Ambas as atividades buscaram, por meio de metodologias ativas e práticas lúdicas, promover o protagonismo estudantil e fortalecer o sentimento de representatividade entre os alunos dos oitavos e nonos anos. As propostas foram planejadas com base na Lei nº 10.639/2003, na BNCC (2018) e no Currículo em Movimento do Distrito Federal, com o propósito de desenvolver habilidades cognitivas e socioemocionais, além de valorizar o corpo, a cor e as expressões culturais negras.

A utilização de técnicas artísticas, como o estêncil e a confecção manual das bonecas Abayomi, favoreceu a aprendizagem interdisciplinar e estética, integrando História, Arte e



Cultura Afro-Brasileira. Conforme aponta Circe Bittencourt (2018), o uso de fontes visuais e materiais diversificados amplia o campo interpretativo do aluno e aproxima-o da prática do historiador, transformando o ensino de História em um processo ativo de construção do conhecimento.

o campo interpretativo

IX Seminário Nacional do PIBID

Na atividade dos “Desenhos das Mulheres Negras”, os estudantes puderam expressar, por meio da arte, suas percepções sobre a representatividade e o empoderamento feminino negro, explorando cores, texturas e formas simbólicas. O processo evidenciou momentos de dispersão e de desafio com a autonomia, mas também revelou crescimento na capacidade de expressão, cooperação e valorização identitária. Já a confecção das bonecas Abayomi destacou-se pela dimensão simbólica e afetiva. A partir da história de origem dessas bonecas, as turmas refletiram sobre a memória histórica da diáspora africana, o valor do afeto e da solidariedade como práticas de resistência, e o papel das mulheres negras na preservação da cultura. O ato de criar manualmente as bonecas, com tecidos coloridos e sem costura, constituiu-se como exercício de consciência histórica no sentido proposto por Jörn Rüsen (2012), ao conectar passado e presente em uma narrativa de reconhecimento e pertencimento. Ao compreenderem o significado cultural da Abayomi, os estudantes passaram a situar-se como sujeitos históricos, capazes de reinterpretar o legado africano e afro-brasileiro em suas próprias experiências cotidianas.

Apesar de alguns episódios de resistência por parte de alunos e familiares — inclusive com tentativas de denúncia às instâncias administrativas —, a escola manteve-se firme no compromisso com a lei e com o projeto pedagógico. Essa postura evidencia, na prática, o que Nilma Lino Gomes (2012) denomina educação das relações étnico-raciais: um processo de enfrentamento ao racismo institucional e de afirmação do direito à diferença como valor educativo. As atividades possibilitaram debates sobre estética, identidade e valorização do “Black is beautiful”, rompendo com padrões eurocêntricos e estereótipos sobre o corpo negro.

Os resultados observados indicam que as ações do PIBID favoreceram o desenvolvimento da consciência histórica e da empatia cultural, ampliando as perspectivas dos estudantes e estimulando o respeito à diversidade. Para os bolsistas e professores





envolvidos, as experiências representaram oportunidades de reflexão sobre a prática docente, fortalecendo a autonomia profissional e o compromisso com uma educação antirracista. Assim, as atividades artísticas e simbólicas, ancoradas em uma abordagem interdisciplinar, revelaram-se ferramentas eficazes para promover aprendizagens significativas e fomentar a transformação do espaço escolar em território de memória, diálogo e pertencimento.

Em síntese, as experiências pedagógicas analisadas confirmam que a aplicabilidade da Lei 10.639/2003 não se limita à inclusão de novos conteúdos, mas requer a revisão das práticas pedagógicas, dos currículos e das relações estabelecidas na escola. As ações desenvolvidas na escola campo evidenciam que o ensino de História, quando articulado às perspectivas de Rüsen e Nilma Lino Gomes, pode transformar o aprendizado em um processo emancipador, no qual os estudantes não apenas aprendem sobre o passado, mas reconhecem-se como agentes históricos e culturais, capazes de construir novas narrativas sobre si e sobre o mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vivência nas escolas proporcionada pelo PIBID demonstra-se fundamental tanto para a formação dos bolsistas quanto para o fortalecimento das práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores supervisores. Trata-se de um espaço privilegiado de diálogo, construção conjunta e reflexão sobre os desafios do cotidiano escolar. É imprescindível reconhecer, nesse processo, o papel central dos professores supervisores, cuja mediação orienta, sustenta e qualifica as experiências formativas.

Durante a imersão da pesquisa, foi possível identificar resistências por parte de alguns docentes, membros da equipe escolar e segmentos da comunidade em relação à implementação da Lei 10.639/2003. Mesmo após mais de vinte anos de sua promulgação, ainda se observa a permanência de conteúdos programáticos que marginalizam ou silenciam a história e a cultura africana e afro-brasileira. Esse apagamento gera impactos diretos na reprodução de práticas de racismo no ambiente escolar, uma vez que a ausência de





conhecimento e de referências positivas contribui para a manutenção de estigmas, preconceitos e desigualdades.

X Encontro Nacional das Licenciaturas
IX Seminário Nacional do PIBID

Considerando que o Brasil constitui uma diáspora africana, torna-se urgente que as escolas assumam o compromisso ético e pedagógico de trabalhar a temática de forma contínua, crítica e contextualizada. A negação das raízes africanas do país — associada à predominância de narrativas eurocêntricas nos conteúdos de História — dificulta o reconhecimento das múltiplas identidades que compõem a sociedade brasileira. Incorporar a história da África e das populações afro-brasileiras ao currículo não é apenas cumprir a legislação: é promover justiça cognitiva, reconhecer trajetórias silenciadas e reafirmar a escola como espaço de formação cidadã.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394/1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos.** 5ed. São Paulo: Cortez, 2018.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores.** 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.** Petrópolis: Vozes, 2019.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história – os fundamentos da ciência histórica.** Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora da UnB, 2001.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais.** Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

TAVARES, C. C. A. **O desafio de ensinar história: um relato de experiência sob a perspectiva da prática docente** in: IX Encontro Nacional das Licenciaturas e VIII Seminário Nacional do PIBID e III Seminário Nacional do Programa Residência pedagógica, UNIVATES - Lajedo/RS 2023.



TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado: poder e a produção da história.**
Tradução de André Villalobos. Curitiba: Huya, 2020.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola.** Brasília: MEC/SECAD, 2005.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R.; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil.**
Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília: MEC/SECAD, 2004.